

A saúde a caminho do caos

ESTADO DE SÃO PAULO

29 JUL 1989

A situação da saúde no Brasil, que de há muito é mantida em estado de crise latente e crônica, começou a evoluir para o que se pôde chamar de caminho sem volta, direto, até o caos. Quando se descobriu que um em cada dez brasileiros estava, de uma forma ou de outra, sob os cuidados médicos da Previdência Social, se pôde ter uma idéia exata do imenso *pais-hospital* em que vivemos. As estatísticas são aterradoras; contam-se às centenas de milhares, quando não "alguns" milhões, as vítimas de doenças endêmicas de há muito erradicadas não só em países desenvolvidos, mas em grande extensão, por exemplo, do continente africano. E a parte não visível da oitava economia do mundo industrial; é a parte que não frequenta os discursos oficiais. As terríveis constatações das estatísticas são devidamente publicadas pela imprensa: a maioria das autoridades responsáveis pela saúde do brasileiro lamenta muito seus resultados; e, nessa lamentação, cessam as providências oficiais. Quando o que é endêmico se transforma em epidêmico, com toda a violência, chega a hora de se apressar soluções. Nesse momento, *qualquer* uma serve, a qualquer custo.

O melhor exemplo desse absurdo procedimento é o quadro de evolução da meningite B em todo o País, espe-

cialmente em São Paulo. O Centro de Vigilância Epidemiológica do Estado temia, desde o inverno passado, o "quadro de repetição" tanto no tipo quanto na incidência dos casos. Além do início de gestões junto ao governo cubano para a compra das famosas vacinas, nenhuma outra providência foi implementada. Mesmo as negociações, com os cubanos foram muito tumultuadas, com frequentes duelos verbais entre a Secretaria da Saúde de São Paulo e o Ministério da Saúde, não faltando nem mesmo a presença da Polícia Federal para que a vontade do ministro encontrasse obediência. Quando o então ministro Borges da Silveira enfim autorizou a compra, já era verão, a epidemia perdera força, o governo do Estado de São Paulo já possuía outras prioridades e as vacinas cubanas ficaram para depois. O surto epidêmico deste inverno não ficou para depois, com um crescimento — até o momento — de pelo menos 20% no número dos casos constatados e nas vítimas fatais.

Com o surto instalado, chegara a hora de *apressar* soluções. Novos enviados a Havana, novos vetos da burocracia do ministério, reiniciando-se a trágica "novela" da compra das vacinas. Agora, com um *ingrediente* novo: a dúvida em relação à eficácia da imunização. Desde o ano

passado deveriam ter sido iniciadas as investigações sobre esta eficiência; não o foram, e agora, com o surto instalado e progressivo, a opinião do Instituto Adolfo Lutz e a da *Federal Drug and Food Administration* consideram a vacina eficaz, enquanto o centenário Instituto Merieux duvida da eficiência do medicamento. O Ministério da Saúde considera o instituto parisiense mal informado quanto à vacina cubana. "Eles não sabem como ela é feita", afirma o ministro Seigo Tsuzuki. Seria um argumento desse tipo suficiente para invalidar a opinião do prestigiado Instituto Merieux, do qual, por sinal, o Brasil comprou milhões de doses para imunizar em massa sua população na década de 70 contra a meningite dos tipos A e C?

O problema é que agora — em pleno surto — é preciso dar alguma satisfação à opinião pública; encomendam-se portanto dez milhões de doses quando não se tem, nem mesmo, certeza de sua eficácia. E o pior é que o preço pedido pelos cubanos é alto, conforme reconhece o próprio ministro Tsuzuki. Mas, agora há pressa... o máximo que se pede é que os cubanos concedam um "desconto", e pelo menos cedam a tecnologia; paga, evidentemente. Isso, para que não se fale da odiosa discriminação tentada de uma vacina-

ção paga! Esta hipótese só não é pior do que o parecer de um consultor jurídico do Ministério da Saúde, para quem o dispositivo constitucional que declara a saúde direito de todos e dever do Estado "não pode ser tomado no sentido absoluto" no tocante à venda de vacinas. O consultor acabou de criar a "meia-vida" — ou seria melhor falarmos em *morte relativa*?

O fato, no entanto, é que o *pais-hospital* gasta muito com saúde para *alcançar* os resultados de que se tem conhecimento. E o pior é que a visão oficial das autoridades médicas é de pleno apoio a uma ainda maior estatização. O presidente do Sindicato dos Hospitais de São Paulo gosta de lembrar o dado de que em 1982, por exemplo, o Brasil gastava uma média de US\$ 80 *per capita* com sua assistência médica oficial, 1/15 e 1/5 do que gastaram respectivamente, no mesmo ano, os habitantes dos Estados Unidos e da Inglaterra com despesas médicas, em uma medicina totalmente estatizada. Apesar disso, a meningite, a doença de Chagas, a dengue e até a secular febre amarela continuam matando. Não teria chegado a hora de o Estado justificar como gasta as verbas destinadas à saúde pública, reconhecendo oficialmente sua incompetência para gerir o que deveria ser uma de suas principais prioridades orçamentárias?